



**PROJETO DE LEI Nº 008/13, DE 13 DE MARÇO DE 2013.**

Altera disposição da Lei Municipal nº 1.799/1991, para que o servidor do quadro efetivo quando exercer a função de Secretário Municipal possa optar em perceber a remuneração de seu Cargo acrescida do FG-9.

Art. 1º O Artigo 2º da Lei Municipal nº 1.799/1991, passa a ter a seguinte redação:

***Art. 2º É o seguinte o quadro dos cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Administração Centralizada, no Executivo Municipal:***

<b><u>Nº DE CARGOS</u></b>	<b><u>DENOMINAÇÃO</u></b>	<b><u>CÓDIGO</u></b>
<b>08</b>	<b>Secretário Municipal</b>	<b>1 CC 9 1 FG 9</b>

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1.799/1991.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2013.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 13 DE MARÇO DE 2013.**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 008/13, DE 13 DE MARÇO DE 2013.**

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, o Projeto de Lei proposto não cria novos cargos ou funções, apenas altera o FG-7 para FG-9 para servidores do Quadro Efetivo que venham exercer a Função de Secretário Municipal, pois pela atual redação da lei a ser alterada ainda prevê o FG 7 para servidor municipal que exerça a titularidade de uma Secretaria Municipal, enquanto que os servidores ocupantes dos antigos cargos de Adjuntos (atualmente denominados de Secretários Substitutos) percebem a gratificação (FG 8) e as Assessorias Especiais já recebem FG 9, portanto é justo que o servidor do quadro efetivo quando venha exercer a Função de Secretário Municipal possa fazer opção entre receber Subsidio fixado em Lei para Secretários ou continuar recebendo o salario do Cargo Efetivo acrescido do FG 9, que corresponde ao Cargo de Confiança.

Assim, cargos de idêntico *status* (como as Assessorias Especiais – de Planejamento, Captação, etc...) são remunerados de forma desigual a dos Secretários, cabendo, por isso, a alteração proposta.

Nobres legisladores não há impedimento que um servidor do quadro Efetivo venha exercer a Função de Secretário Municipal e que faça o opção entre receber Subsidio fixado em Lei para Secretários ou continue recebendo o salario do Cargo Efetivo acrescido do FG correspondente ao Cargo de Confiança. Neste aspecto ha posição já expressa pelo TCE/RS que entende que não há impedimento que o cargo de Secretário Municipal seja exercido por servidor do Quadro Efetivo e nesta condição perceba a remuneração de seu Cargo acrescida do FG correspondente, desde que prevista na Legislação Municipal.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 13 DE MARÇO DE 2013.**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito